

## Cúpula Mundial de Bacias 2026 Relatório da oficina interativa 3

### Alocação negociada de água em contextos semiáridos: a experiência do Estado do Ceará (Brasil) e o diálogo com experiências africanas e europeias



16 a 19 de junho de 2026, Rio de Janeiro, Brasil

## **Relatório da oficina interativa**

Concebido para ser altamente interativo, a oficina foi estruturada em duas partes principais. A primeira contou com um diálogo colaborativo sobre a governança hídrica do Ceará e o processo de alocação negociada. A segunda parte examinou dois casos internacionais com longa tradição na gestão da escassez hídrica e fortes semelhanças com o Ceará: a Organização para o Desenvolvimento do Rio Senegal (OMVS), que acrescentou uma perspectiva de gestão de rios transfronteiriços, e a experiência da Espanha em Gestão Integrada dos Recursos Hídricos. Essas apresentações deram início a uma extensa sessão de perguntas e respostas entre os palestrantes e o público.

A sessão foi moderada pela Sra. Rosana Garjulli Sales Costa (consultora sênior em gestão participativa de políticas públicas no Brasil) e pelo Sr. Patrick Laigneau (Secretariado da RIOB).

A oficina foi aberta com uma intervenção do Sr. Patrick Lecante (Presidente do Comitê de Água e Biodiversidade da Guiana Francesa). Representando um território europeu localizado na América do Sul, sua introdução enfatizou o valor da colaboração intercontinental na melhoria das práticas de gestão hídrica. Ele também destacou os desafios específicos da gestão de rios transfronteiriços, elogiando os esforços conjuntos entre a França e o Brasil para a cogestão do rio Oyapock.

### **Governança hídrica e alocação negociada de recursos hídricos no Estado do Ceará, Brasil:**

Durante a primeira parte da apresentação do Ceará, o Sr. Francisco dos Santos Teixeira (da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará) descreveu a vulnerabilidade histórica da região e as adaptações estruturais. Situado no “Polígono da Seca”, região semiárida do Nordeste do Brasil, o Ceará enfrenta extrema imprevisibilidade hidrológica, causada pela fina camada de solo, baixo armazenamento natural de água e secas recorrentes que se estendem por vários anos, incluindo um grave período de seca de seis anos, de 2012 a 2017. Para combater essas condições, o estado passou de medidas reativas de socorro de emergência para uma extensa rede estrutural composta por 157 reservatórios públicos, milhares de pequenas barragens e centenas de quilômetros de canais e adutores interconectados.

Após a promulgação das leis estaduais de recursos hídricos em 1992 e a fundação da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH) em 1993, o estado dividiu seu território em 12 bacias, administradas por meio de 12 Comitês de Bacias e 40 Comissões de Usuários de Reservatórios. Essa descentralização estabeleceu as bases para a estratégia de “alocação negociada de água”.

A Sra. Clara de Assis Jerônimo Sales (Gerente de Gestão Participativa da COGERH) detalhou a execução operacional do mecanismo de alocação negociada de água

do Ceará. Esse processo está estruturado como um ciclo de governança anual, composto por várias etapas.

1. O ciclo começa com preparativos técnicos liderados pela COGERH. Engenheiros e hidrólogos realizam estudos diagnósticos abrangentes dos reservatórios estratégicos monitorados do estado, avaliando o volume atual, as taxas de evaporação e as afluências previstas. Com base nessas variáveis, a COGERH gera diversos cenários de liberação de água para projetar a disponibilidade hídrica para a próxima estação seca.
2. Esses cenários técnicos são então levados diretamente aos Comitês de Bacia e às Comissões de Usuários de Reservatórios locais. Nesses fóruns participativos, as partes interessadas locais analisam os dados, debatem prioridades conflitantes e votam coletivamente em uma estratégia vinculativa de liberação de água. Esse consenso negociado determina taxas específicas de descarga e alocações setoriais, equilibrando as necessidades econômicas com o consumo humano essencial.
3. Uma vez aprovado, o cenário torna-se um compromisso oficial monitorado ao longo de todo o período de alocação. A COGERH acompanha em tempo real os níveis dos reservatórios, as vazões dos rios e as taxas de captação, prestando contas regularmente às comissões de usuários. Esse ciclo contínuo de feedback garante transparência, permite uma gestão adaptativa caso as condições climáticas se agravem e reforça a responsabilidade compartilhada entre todos os usuários de água na Bacia.

O Sr. Aridiano Beck de Oliveira (presidente do Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe e produtor rural local) compartilhou sua experiência de participação no processo de alocação negociada de água do Ceará ao longo de muitos anos. Ele descreveu os impactos devastadores da grave seca de 2012–2017, durante a qual a escassez aguda de água forçou a paralisação de atividades econômicas essenciais, resultando em desemprego generalizado e obrigando produtores como ele a repensar sua produção e o uso da água. Ele enfatizou que a transparência, o acesso a informações confiáveis e o diálogo aberto foram essenciais para construir confiança entre os diversos usuários da água, bem como entre membros da comunidade, especialistas técnicos e autoridades públicas.

### **Experiência da Organização para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Senegal (OMVS):**

O Dr. Thierno Ndour (Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Organização para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Senegal) destacou a OMVS como um modelo de referência para a governança transfronteiriça da água e a gestão conjunta de infraestruturas. Em operação desde 1972 em quatro Estados-membros (Guiné, Mali, Mauritânia e Senegal), a OMVS gerencia recursos hídricos compartilhados por meio de uma estrutura integrada projetada para garantir a alocação equitativa, a integração regional e o desenvolvimento econômico sustentável. A propriedade coletiva de grandes infraestruturas, como as barragens de Diama e Manantali, permite uma regulação coordenada para

usos multissetoriais, incluindo abastecimento de água potável, agricultura irrigada, produção de energia e preservação do ecossistema.

Os mecanismos de tomada de decisão da OMVS garantem uma alocação flexível e negociada durante períodos de escassez hídrica, especialmente por meio da Comissão Permanente das Águas, um órgão consultivo e de arbitragem no qual especialistas técnicos, representantes do Estado e principais partes interessadas colaboram para modelar cenários hidrológicos e negociar a distribuição sazonal da água.

Essa intervenção traçou paralelos entre a experiência da OMVS e a estrutura de alocação negociada do Ceará, destacando que ambos os sistemas dependem fortemente de dados robustos, transparência institucional e diálogo estruturado entre os usuários. Insistiu no fato de que a cooperação regional e as ferramentas de governança compartilhada são essenciais para mitigar conflitos e construir resiliência climática de longo prazo em bacias internacionais.

### **Experiência da Espanha:**

O Sr. Ramiro Martínez (Confederação Hidrográfica do Júcar) apresentou o modelo espanhol de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH), com foco no contexto histórico e jurídico das Confederações Hidrográficas. Criadas em 1926 como entidades públicas com base no ciclo hidrológico natural, essas autoridades de bacia administram bacias que abrangem várias Comunidades Autônomas. Essas organizações fazem parte da governança hídrica espanhola, que opera por meio de um modelo organizacional estruturado, composto por órgãos de governança, planejamento e gestão, incluindo a Assembleia de Usuários, o Conselho da Bacia e a Comissão de Descarga de Barragens. Essa arquitetura permite que as autoridades públicas e diversos usuários da água definam, de forma colaborativa, planos de ação, gerenciem a infraestrutura, estabeleçam regimes de enchimento e descarga de reservatórios e apresentem Planos Hidrológicos de Bacia ao governo.

Ele se concentrou na implantação de um Plano Especial de Seca, estabelecendo um sistema de diagnóstico baseado em indicadores com limites definidos, fases de seca e medidas operacionais claras para cada etapa. Para conciliar demandas concorrentes entre abastecimento, irrigação, energia, indústria e lazer, o modelo espanhol se baseia na negociação de uma “combinação hídrica” equilibrada. Essa abordagem combina águas superficiais e subterrâneas naturais com alternativas artificiais, como dessalinização e reutilização de águas residuais.

De modo geral, essa apresentação refletiu sobre os fortes paralelos que conectam os modelos do Ceará e da OMVS à experiência espanhola, enfatizando que a governança eficaz em regiões com escassez hídrica depende de uma tomada de decisão estruturada e participativa e da transparência institucional. Ela destacou que o compartilhamento de melhores práticas entre organizações de bacias na África, América Latina e Europa acelera o desenvolvimento de soluções não infraestruturais, como o planejamento para secas baseado em indicadores e mecanismos de alocação negociados. A RIOB e a Rede Mediterrânea de

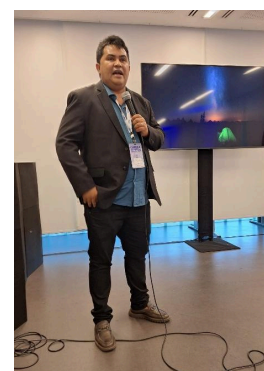
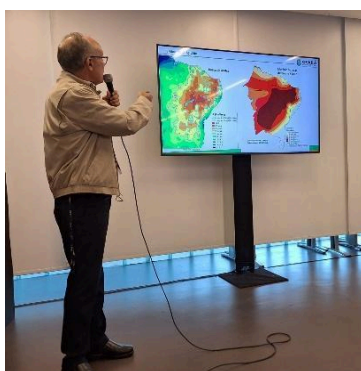
Organizações de Bacias são fundamentais para promover a aprendizagem coletiva, ajudando as bacias em todo o mundo a se adaptarem às pressões climáticas de longo prazo e a gerenciar os recursos hídricos compartilhados de forma sustentável.

### **Perguntas e respostas e conclusão:**

A oficina foi encerrada com uma sessão de perguntas e respostas, que destacou a construção complexa e de longo prazo de estruturas de governança adaptadas aos contextos locais. Três tópicos suscitaram questionamentos:

1. **O consenso está atrasando a tomada de decisões urgentes?** Para a OMVS, o consenso garante soluções aceitáveis para todos os Estados, impedindo que qualquer membro, mesmo que minoritário, seja marginalizado. Outra prática notável da OMVS envolve sediar cada órgão institucional em um país-membro diferente, com a regra de que seu diretor não pode ser cidadão do Estado anfitrião, ilustrando como o equilíbrio estrutural e a confiança mútua são construídos ao longo do tempo.
2. **Qual é a importância da cultura política local e da expertise social para uma gestão hídrica eficaz?** No Brasil, a alocação negociada de recursos hídricos no Ceará se baseia em uma tradição de democracia representativa e em uma densa rede de organizações comunitárias. Além disso, os participantes enfatizaram que o sucesso operacional da COGERH está profundamente ligado à sua abordagem multidisciplinar: a presença ativa de sociólogos na equipe da agência garante um envolvimento significativo da comunidade, comprovando que as soluções técnicas devem ser acompanhadas por uma liderança social robusta.
3. **Como os sistemas de gestão de bacias já consolidados podem se adaptar diante da pressão sem precedentes causada pelas mudanças climáticas?** A sessão demonstrou que, seja no Mediterrâneo, na América do Sul ou na África Ocidental, enfrentar a realidade das mudanças climáticas exige ir além da engenharia tradicional e avançar para uma governança adaptativa, inclusiva e resiliente às mudanças climáticas.





Créditos: RIOB